



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

ÀS VÉSPERAS DO ETERNO RETORNO: notas sobre o processo político brasileiro recente

FELIPE ABRANCHES DEMIER¹

RESUMO: Adversário mortal da classe trabalhadora, o bolsonarismo também minou significativamente as forças políticas da classe dominante e, por conseguinte, as suas expectativas de reaver seu controle político direto sobre o Estado. O enfraquecimento político da burguesia em função da elevação das tendências bonapartistas do regime democrático-blindado, sintetizadas pelo bolsonarismo, já havia sido verificado no processo eleitoral de 2018. Ao longo dos últimos quatro anos, tal dinâmica se intensificou, sobretudo devido à opção política da burguesia brasileira diante do governo neofascista. Neste cenário, coloca-se a possibilidade de um novo governo de colaboração de classes, liderado por Luís Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: democracia; tendências bonapartistas; bolsonarismo.

ABSTRACT: A mortal opponent of the working class, Bolsonaroism also significantly undermined the political forces of the ruling class and, consequently, their expectations of regaining their direct political control over the state. The political weakening of the bourgeoisie due to the rise of the Bonapartist tendencies of the armored democratic regime, synthesized by Bolsonaroism, had already been verified in the 2018 electoral process. Over the last four years, this dynamic has intensified, especially due to the political choice of the Brazilian bourgeoisie in the face of the neo-fascist government. In this context, there is the possibility of a new government of class collaboration

Keywords: democracy; bonapartist tendencies; bolsonarismo

1 Professor com formação outra áreas. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

1. INTRODUÇÃO

Interromper a destruição e retornar à conciliação. Este parece ser o desejo de dezenas de milhões de brasileiros depois de quase quatro anos de um governo neofascista no Brasil. E é esta também a proposta ofertada por Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) não só àqueles milhões, dentre os quais muitos desempregados, mal pagos, famélicos, precarizados, adoecidos e oprimidos, como também à responsável última por toda a hecatombe nacional, a classe dominante brasileira. A proposta, evidentemente, não é nova, e um renomado intelectual crítico chegou a considerar que a “coalizão” e a “negociação” constituíam o “DNA” da esquerda brasileira – afirmação um tanto exagerada, e que tive a oportunidade de problematizar em um pequeno artigo (DEMIER, 2020).

O fato, contudo, é que, uma vez mais, o PT se apresenta como o partido da conciliação, e seu líder, como o negociador *par excellence*. Nada de novo no front, salvo, é claro, o próprio front. Se um pré-socrático dissesse que alguém nunca se banha duas vezes nas mesmas águas de um mesmo rio, e se um velho teutônico, valendo-se dos dizeres de um filósofo conterrâneo, afirmou que a história só se repete como farsa, talvez não seja inapropriado vaticinar que, no Brasil, jamais se conciliará duas vezes do mesmo jeito, e que a farsa de uma nova conciliação poderá ter consequências verdadeiramente trágicas para a vasta maioria de nossa população. “*Um dia é todo para a esperança, o seguinte para a desconsolação*”, sentenciou um jagunço n’alguma vereda do sertão – de Guimarães Rosa.

2. COLABORAÇÃO DE CLASSE “SEM CLASSE”

A secular colaboração de classes volta à tona, e agora, no cenário de uma luta contra o neofascismo, ganha ares de “unidade nacional”. Lula e o Partido dos Trabalhadores fariam, segundo os adeptos de fórmulas um tanto a-históricas, o papel de representantes dos trabalhadores em uma coalizão com frações do capital, então contrárias à permanência de Bolsonaro no poder.

Ocorre que, entre várias consequências do tal “modo petista de governar”, em especial quando o partido esteve à frente do governo federal, destaca-se uma educação desmobilizatória e um profundo rebaixamento da consciência de classe da parte dos

explorados, de modo que à suposta “frente popular” que pode chegar à presidência venha a faltar nem mais nem menos do que uma classe trabalhadora que se veja como tal. A *cidadania pelo consumo* promovida pelo lulismo no poder associada às ideologias empreendedorísticas e neopentecostais que medraram sem peias (e sem contestação – pra não dizer com um certo estímulo - da parte das conciliações governamentais petistas) contribuíram, entre outros fatores (que vão da reestruturação do mundo do trabalho ao caráter unidimensional da nossa tétrica indústria cultural), para que sequer possamos falar hoje de uma classe trabalhadora que, mobilizada e organizada, estaria sendo, como outrora, conduzida traiçoeiramente pelo caminho da conciliação. É como se, depois de anos e anos de “traição”, no sentido de uma recusa estratégica da parte do reformismo brasileiro a qualquer reforma que pudesse vir a elevar minimamente o grau de conscientização classista das massas populares, acabássemos por chegar a uma situação tal em que nem mesmo uma traição propriamente dita se mostra necessária, na medida em que o suposto sujeito social traído já nem se vê como sujeito.

Diferentemente do que talvez possa ter ocorrido há vinte anos, não se vislumbra hoje o quadro em que o ex-metalúrgico seja tomado por milhões de trabalhadores e por amplas parcelas plebeias da juventude como o representante de um partido “diferente”, cujo projeto aponta, senão para a superação do capitalismo, ao menos para a ruptura com o neoliberalismo e por reformas estruturais na formação social brasileira. Há vinte anos, excetuadas as pequenas organizações marxistas existentes no movimento dos trabalhadores, já então em forte refluxo, e a burguesia realista, o voto em Lula em 2002 era alimentado por uma esperança de transformações expressivas não apenas na “forma de se fazer política” no país, como também nos fundamentos do perverso modelo de desenvolvimento econômico nacional, caracterizado pela aguda dependência externa e pela reprodução de índices obscenos de desigualdade social. Milhões apostaram nisso.

Depois da destruição iniciada com o Golpe de 2016 e levada ao paroxismo sob o governo neofascista de Bolsonaro, o voto em Lula assume cada vez mais, para a imensa maioria dos seus futuros eleitores, o sentido de uma busca desesperada da volta da conciliação social que vigeu sob os pretéritos governos petistas, pelo menos até as jornadas de 2013. Vivendo um longo pesadelo cuja trama macabra inclui genocídio, fome e queimadas, as amplas massas, formatadas subjetivamente pela “nova razão do mundo” (DARDOT e LAVAL, 2016) e saudosistas da inclusão mercantil pela via da *cidadania pelo consumo* de tempos nem tão remotos, enxergam em Lula não mais o expoente de um projeto coletivo gestado nas lutas e experiência política dos trabalhadores, capaz de levar a cabo reformas radicais no tecido

social do país. Assim, se relacionam individualmente com o ex-(possível futuro) presidente na qualidade de “simples adição de grandezas homólogas” (MARX, 1978, p. 115), de meros indivíduos adicionados uns aos outros diante da pacata cabine eleitoral, todos eles desejosos de que, sem luta e sem mobilização, o sábio líder lhes traga de volta um emprego (mesmo que precário e com baixo salário), um crédito consignado (mesmo que com provável endividamento), uma vaga na universidade, uma bolsa de sobrevivência, três refeições diárias “ou, mesmo, uma esperança de dias melhores” (WEFFORT, 2003, p. 82).

De um jeito ou de outro, quase todos, humilhados e exasperados nesses últimos anos desleais, não anseiam muito mais do que o retorno ao reformismo “fraco” (SINGER, 2012) ou “quase sem reformas” (ARCARY, 2011), à hegemonia “às avessas” (OLIVEIRA, 2010) ou à da “pequena política” (COUTINHO, 2010), à “revolução passiva” (BIANCHI e BRAGA, 2005) ou ao “antirreformismo” (CHAGAS, 2019) dos anos do petismo no poder. Não se parece almejar, assim, muito mais do que um novo período de “inclusão”, a saber, de incorporação da “escala mais baixa dos despossuídos ao mercado, mas sem realizar grandes transformações na estrutura econômica da reprodução dos interesses neoliberais”, processo que, segundo Chagas, permitiu com que “as contradições do pacto petista de conciliação com a burguesia” tivessem se equilibrado, conferindo “relativa estabilidade político-institucional e massivo consenso dos trabalhadores” (*Idem*).

Se é verdade que para algumas poucas organizações socialistas a eleição de Lula é anelada como a única via viável de apejar o neofascismo bolsonarista do poder, e que, portanto, antecede uma nova etapa de lutas contra a colaboração de classes lulista, não se pode nublar o fato de que, por motivos vários (que vão da indignação teórica até um certo imediatismo eleitoralista), mesmo no interior destas organizações vigora um fetichismo pueril em relação ao líder petista. Finalmente encontrando-se com as massas no plano da consciência, mas apenas no nível “empírico” ou psicológico” delas (LUKÁCS, 2018), essa “vanguarda” enreda-se facilmente no sonho de retorno ao idílico paraíso perdido da concertação social lulista, na qual a subida da maré “desenvolvimentista” teria feito todos os barcos boiarem (“*a rising tide lifts all boats*”), permitindo que o grande timoneiro tropical ofertasse, a todos, um nababesco churrasco de picanha regado a muita cerveja de uma grande “campeã nacional”.

Conquanto haja, decerto, uma “redução de expectativas” – pra me valer aqui de um jargão sociológico –, parece grassar entre os ditos setores progressistas (a começar pela direção do PT) um certo otimismo no tocante ao país pós-Bolsonaro, tanto no que se refere à melhoria das condições de vida das massas, quanto no que diz respeito à eliminação do

neofascismo bolsonarista enquanto força política presente na cena nacional. E talvez não seja escusado lembrar que, como asseverou Oscar Wilde, “*a base do otimismo é um temor profundo*”.

3. A BURGUESIA DIANTE DE BOLSONARO

Adversário mortal da classe trabalhadora, o bolsonarismo também minou significativamente as forças políticas da classe dominante e, por conseguinte, as suas expectativas de reaver seu controle político direto sobre o Estado. O enfraquecimento político da burguesia em função da elevação das tendências bonapartistas do regime *democrático-blindado*, sintetizadas pelo bolsonarismo, já havia sido verificado no processo eleitoral de 2018. Ao longo dos últimos quatro anos, vale frisar, tal dinâmica só fez se intensificar, sobretudo devido à opção política da burguesia brasileira diante do governo neofascista.

Mesmo em face de um genocídio, nossos senhores da Casa Grande acharam que ainda não era o caso de levar a cabo um impeachment, afinal, não tratar-se-ia de algo tão letal quanto uma ou outra pedalada fiscal. Aos olhos da Faria Lima, a responsabilidade criminosa de Bolsonaro não chegava a ser propriamente um crime de responsabilidade. “Em vez de se deixar intimidar pelo poder executivo com a perspectiva de novos distúrbios”, poderia ela, a burguesia, “ter dado à luta de classes uma pequena oportunidade, a fim de manter o poder executivo na dependência. Não se sentiu, porém, capaz de brincar com fogo” (MARX, 1978, p. 87).

Temendo mais a queda de Bolsonaro do que a sua permanência, a classe dominante brasileira manteve, no fundamental, durante os últimos quatro anos, a mesma conduta ambígua, e essencialmente marcada pela tibieza, diante de um governo que, sem pudores, promoveu uma destruição inaudita no país. A cada crítica, quase sempre “econômica”, aos “excessos políticos” do governo, seguia-se um elogio a sua política econômica; a cada repressão às aspirações golpistas daquele, tinha lugar um apoio a sua retirada de direitos trabalhistas; a cada condenação a sua pusilanimidade, vinha em sequência o apoio a sua austeridade; a cada queixa altissonante quanto a sua forma, notava-se, contudo, um apoio tácito ao seu conteúdo.

Ao tentar domá-lo ao invés de castrá-lo, ao preferir persuadi-lo ao invés de derrubá-lo – e Marx já alertara que “quando se tenta persuadir alguém é porque se reconhece ser ele o

dono da situação” (*Idem*, p. 83) –, a burguesia não fez senão enfraquecer politicamente a si mesma, e não é de se estranhar que, agora, a sua última tentativa de uma “terceira via”, não obstante toda a propaganda midiática dos “dois demônios”,² não consiga nas pesquisas eleitorais ultrapassar a marca de 1%, se igualando a candidatos figurantes, jocosos ou não. Durante o governo neofascista, o espírito da nossa burguesia esteve sempre *cheio de ardor, mas a carne é fraca*, e se a taça bolsonarista *não podia passar sem que ela a bebesse, foi feita então a sua vontade*, tal qual em Mateus.

Mesmo iniciado o processo eleitoral, não há indícios de que a postura da burguesia tenha se alterado muito, e a entrevista concedida por Bolsonaro ao Jornal Nacional (Globo) a 22 de agosto parece exemplar quanto a isso. Algumas respostas do Bonaparte bufão ao teatral William Bonner no episódio em questão podem ajudar a ilustrar o que queremos assinalar.

Numa delas, quando questionado sobre a economia nacional, Bolsonaro coligiu um punhado de contrarreformas neoliberais, as quais o jornalista não pôde questionar, fosse para não desagradar seus superiores, fosse porque talvez seja ele próprio um quadro mais orgânico do grande capital do que qualquer um dos que por ele seriam entrevistados naquela série de candidatos ao pleito.

Em outra resposta, quando perguntado sobre sua aliança com o centrão, Bolsonaro foi mais preciso e didático do que boa parte da nossa ciência política *mainstream*. “Você está me estimulando a ser um ditador. A enorme maioria do Parlamento é composta pelos partidos de centro, pejorativamente chamados de centrão, e os outros deputados são da oposição,

²Sem nunca ter saído de cena, volta novamente ao proscênio a velha litania liberal sobre “os dois inimigos da liberdade”. Com suas adoentadas democracias blindadas gestando cada vez mais proles neofascistas, os ideólogos liberais apressadamente recorrem uma vez mais à cínica simetria entre comunismo e nazismo. Como as condições mudam, mas o dogma, pela sua própria natureza, deve seguir sempre o mesmo, o clero liberal, há muito já guiado pela encíclica neoliberal, lança mão novamente da “teoria do totalitarismo”, tão cara à ciência e filosofia políticas *“cold warrior”*. Na prática, quando o demônio fascista dá as caras, conjurado e acarinhado pelos próprios liberais, estes tratam logo de alertar para a terrificante existência de outro, este sim perigoso, vermelho e que, mesmo que adormecido, deve ser prontamente esconjurado. Sim, é verdade que tanto o nazismo (fascismo) quanto o comunismo (marxismo) são adversários da democracia liberal. Porém, se o primeiro, ardoroso defensor da propriedade privada, à democracia liberal se opõe por considerá-la por demais democrática, o segundo, do contrário, a crítica por ser esta, na verdade, falsamente democrática, no sentido etimológico do termo (de “soberania popular”, “governo do povo”). Se os fascistas querem aniquilar os direitos democráticos ainda existentes nas democracias liberais, os marxistas querem ampliá-los e torná-los efetivos, considerando que só a abolição da propriedade privada é que pode, de fato, colocar o “kratos” nas mãos do “demos”. Ocorre, contudo, que o “demônio vermelho” que hoje é igualado ao fascismo pela lógica ultraneoliberal não é sequer a alternativa socialista, e sim qualquer força política que, por mais respeitosa à ordem que seja, se mostre minimamente reformista no plano social, sendo às vezes tal reformismo algo não muito além de um punhado de políticas sociais compensatórias prescritas pelo Banco Mundial.

do PT, PCdoB, PSOL, Rede etc., com os quais não dá nem pra conversar e, ainda que desse, não têm votos suficientes para aprovar qualquer projeto de lei. Você quer que eu governe como? Você está me estimulando a ser um ditador” – foram mais ou menos essas as palavras do candidato a ditador. Abrindo mão de conceitos eufemísticos como “presidencialismo de coalizão” e consortes, o líder neofascista exibiu em poucas palavras e com didatismo exemplar – a César o que é de César, e a Bonaparte o que é de Bonaparte – a natureza política do regime democrático liberal *blindado*, cuja origem remete às elaborações dos teóricos e aos atos dos artífices da nossa *transição pelo alto* do bonapartismo militar para a democracia eleitoral (LEMOS, 2014; MACIEL, 2008).

Desde seu início, a *blindagem* à participação popular e à penetração de ideias reformistas no plano dos direitos esteve presente enquanto meta precípua dos construtores da nossa ordem democrática (DEMIER, 2017). Em um congresso com uma longa plêiade de partidos institucionais, pouco ou quase nada “ideológicos”, e cujo sustento depende sobretudo das boas relações com o Executivo, o extremismo da “esquerda ideológica” - o que, em tempos neoliberais, inclui qualquer variante de reformismo social-democrático – seria facilmente isolado e incapacitado de se colocar como pilar solitário de qualquer eventual governo mais progressista; destarte, até mesmo este não teria como governar senão compondo “maiorias conservadoras” por meio de práticas fisiológicas com os parlamentares.

O fato de o PT, por limites ético-discursivos, não ter respondido aos antigos inquisidores do Mensalão da mesma forma que Bolsonaro respondeu a Bonner (“você queria que eu governasse como?”) apenas atesta o respeito maior do partido de Lula ao regime de 1988, mas em nada altera o conteúdo político deste: um arranjo institucional feito sob medida para o grande capital, de modo que até os inconvenientes aditamentos sociais (em especial, os direitos) puderam ser, por meio do próprio funcionamento democrático, eliminados sem muitos óbices internos assim que a blindagem se completou.

Dito de outro modo: Bonner e a burguesia, agora republicana, se incomodam como o trato clientelista de Bolsonaro com o centrão, mas não se incomodaram nem um pouco quando o mesmo centrão serviu de sustentáculo institucional ao Golpe de 2016, e quando o mesmo centrão, antes e durante o governo Bolsonaro, foi fundamental para a aprovação das contrarreformas que retiraram direitos dos trabalhadores. Bolsonaro jogou limpo o seu jogo sujo, e com isso expôs limpidamente a sujeira do liberalismo político burguês. “Faz, mas não fala...” – foi entreouvido, na noite de tal entrevista, na redação do Jornal Nacional, no Country Club e em alguns departamentos de Ciência Política.

O neofascismo, dispensando o verniz civilizatório do neoliberalismo, acaba por revelar a

verdade última deste, do qual, aliás, é um produto histórico, e, nesse sentido, o bolsonarismo, fruto indesejado da crise orgânica da classe dominante, se mostra, ao fim e ao cabo, como a nossa burguesia sem superego.

4. BURGUESIA E CRISE DE HEGEMONIA

Não obstante a histórica e estrutural debilidade hegemônica de nossa classe dominante, é um tanto surpreendente como ela, desde a crise orgânica que adentrou no pós-Golpe, não logrou construir uma só liderança capaz de representá-la com peso nas próximas eleições presidenciais.

É difícil não dar risadas ao lembrarmos que, antes de Tebet, um dissoluto João Dória, um inexpressivo Rodrigo Maia e um *parvenus* Sérgio Moro foram pela grande imprensa alçados à condição de grandes “quadros” da burguesia liberal. O seu partido de confiança, orgânico e confiável, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), acabou por decretar seu fim quando, então liderado por Aécio Neves, iniciou ele mesmo o movimento que poria termo à normalidade do regime de 1988.

A sua sanha golpista contribuiu em muito para levedar o bolsonarismo, que o penetraria, desfiguraria e, finalmente, dele faria troça com os resultados eleitorais do primeiro turno de 2018; de lá pra cá, os tucanos tradicionais, tanto os intelectuais quanto os caipiras, não passaram de caricaturas coadjuvantes na cena política, a ponto de um deles, já não mais trazendo consigo sua base social e seus votos de outrora, ter se convertido rapidamente em lulista, compondo uma chapa cujo objetivo parece ser salvar o regime democrático-burguês da própria burguesia.

5. UMA (NOVA) “HEGEMONIA ÀS AVESSAS”?

O pífio desempenho de Alckmin no último pleito presidencial se constituiu em uma expressão eleitoral da já mencionada crise de hegemonia que aflige a burguesia brasileira nos últimos anos. Não se traduzindo, assim, em votos à porfia na candidatura de Lula, a opção pelo nome do golpista tucano como vice-presidente diz mais sobre o que um eventual novo governo petista pretende ser do que propriamente sobre as chances de êxito no escrutínio em si.

Assim, uma aliança petista-tucana (e Alckmin, não importa em que legenda estiver, será sempre muito mais tucano do que Dória e outros subprodutos rebeldes do bolsonarismo) parece ser uma tentativa de reconstruir a hegemonia burguesa que trouxe relativa

estabilidade – enquanto que essa própria estabilidade contribuía para produzir aquela hegemonia – política ao país entre 1995 e 2013. Em uma palavra, a chapa Lula-Alckmin tem por fito acenar com a possibilidade de recuperação dos tempos áureos da *democracia blindada*, como que fazendo o relógio da história retroagir ao *l'âge d'ôr* das instituições, quando a ala direita e esquerda do neoliberalismo davam a impressão de que poderiam se alternar no poder *ad eternum*, relegando para o museu da política a própria política, isto é, a própria possibilidade de transformação radical da ordem (“houve história, mas não há mais”).

Esta aliança dos antigos adversários nas contendidas do outrora estável regime contrarreformista de 1988 não é senão um sintoma gritante de sua própria crise, da qual o bolsonarismo, que humilhou nas urnas Alckmin e a burguesia há aproximadamente quatro anos, é a manifestação mais cabal e letal. Ao tentar eliminar o “campo popular” da democracia de 1988 (MIGUEL, 2022), o Golpe de 2016 solapou as bases daquela, e agora nenhuma força genuinamente burguesa parece poder reerguê-la por conta própria. A contradição da coisa – e onde há coisa há contradição, e aqui vale lembrar a provocativa análise de Chico de Oliveira quando da primeira vitória de Lula, em 2002 (OLIVEIRA, 2010) – é que parece caber justamente ao maior líder da classe trabalhadora brasileira, atacado, odiado e aprisionado pela burguesia brasileira, o papel de, flertando com seus carrascos de ontem, tentar recuperar amanhã a hegemonia dessa própria burguesia, a despeito desta.

Assim, ironicamente, o protagonismo e a iniciativa de tal empreitada de *recuperação hegemônica* couberam à figura e ao partido que, ao serem proscritos pela democracia burguesa, deixaram-na manietada, sem sua mão esquerda, sempre secundária, mas sempre necessária para o equilíbrio do corpo institucional *democrático-blindado*. Assim, depois de amputada, é a mão esquerda que, contrariando as Escrituras, tenta ela mesma salvar seu corpo inteiro da geena, para onde foi atirado por seu próprio cérebro burguês, movido por uma ganância orgásmica e por um incontrolável e secular desejo autocrático. Encarcerado pela própria burguesia “em nome da democracia”, é Lula quem estendeu àquela a sua mão direita, a de Alckmin, tentando, assim, salvar agora o que ainda resta de tal democracia - para a própria burguesia, não é escusado ressaltar.

Mais uma vez, é a esquerda quem, em nome da classe trabalhadora, oferece a conciliação de classes como forma de preservar o regime que, da melhor maneira, garante os interesses fundamentais da classe dominante. Desta vez, contudo, a burguesia, seja por força do hábito ou da conjuntura de crise econômica, não parece mais tão disposta a conciliar como naqueles pretéritos e um tanto excepcionais anos de fastígio petista. O apoio

eleitoral a Lula, ou melhor, o reconhecimento de sua vitória nas urnas, não significará que os direitos voltarão a ser reconhecidos – se é que um dia o foram de verdade. A conciliação eleitoral, por assim dizer, não se traduzirá em conciliação social. Mas Lula insistirá até o fim de que somente ele, um ex-operário, é quem poderá salvar a burguesia dela mesma, retirando a espada bolsonarista de Dâmocles suspensa sobre ela e suas instituições liberais e, simultaneamente, adormecendo os miseráveis com alguma comida e bolsas que não afetem em muito o bolso dos burgueses, conferindo, desse modo, estabilidade ao regime destes e, portanto, aos seus vultosos negócios.

Se é historicamente possível ao atual e periférico capitalismo brasileiro se preservar politicamente por meio de uma democracia cada vez mais *blindada* e com traços bonapartistas, sem ter assim que recorrer a formas políticas de exceção e a estroinas neofascistas, não sabemos. Mas a burguesia, ou pelo menos uma parte dela, já parece inclinada a tentar tal solução, conjecturando uma tépida coadunação de austeridade e retirada de direitos com “representatividade” e “inclusão”, de modo a construir um ambiente político mais adequado para gerir o seu ambiente de negócios – e que, aliás, não se furta de devastar o meio ambiente.

Tal qual ocorrera com Nádia depois da morte de Sasha na *Noiva* de Tchekhov, diante da ainda indecisa e sempre timorata classe dominante brasileira delinea-se, com a provável vitória de Lula-Alckmin, a possibilidade de “*uma vida nova, ampla, vasta, e essa vida, ainda obscura, repleta de mistérios*” já começa, mesmo que timidamente, a seduzi-la. Depois de ter, como um livre Passarinho, mandado às favas seus escrúpulos e seu superego, e ter se refestelado com Bolsonaro, a Casa Grande, ou ao menos uma parte mais ilustrada desta, parece agora sonhar em viver sem ele, assim como toda noiva, depois de convertida em esposa e de uns anos de regozijo da carne e especulação – muita especulação –, sonha em viver sem o seu marido, um bíblico *fardo difícil de carregar*, sobretudo quando se tem cada vez mais *almas mortas* e quando a carne está bem difícil de comprar.³

³Como se tratará de um pleito plebiscitário sobre a continuidade ou não do neofascismo no poder, e como derrotá-lo urgentemente é condição imprescindível para que se possa lutar em melhores condições por direitos sociais e, portanto, lutar contra a própria burguesia e sua vetusta e corroída democracia neoliberal, não há como não pedir às massas que sufraguem o voto em Lula, apesar de Alckmin, em outubro próximo. É o único caminho hoje, para que ainda possa haver caminho amanhã. No entanto, para os setores mais organizados da classe trabalhadora e dos oprimidos, e inclusive para nós mesmos, há de se ter claro que, para derrotar Bolsonaro, é necessário o voto em Lula - apesar de Lula.

6. REFERÊNCIAS

ARCARY, V. **Um reformismo quase sem reformas**: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann, 2011.

BIANCHI, A.; BRAGA, R. Brazil: The Lula Government and Financial Globalization. *Social Forces*, v. 83, n. 4, p. 1745-1762, 2005.

CHAGAS, J. **Meio passo à frente e a revolução para trás**: os governos petistas de conciliação de classes no Brasil (2003-2016). Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política in OLIVEIRA, F. e BRAGA, R. e RIZEK, Cibele (orgs). **Hegemonia às avessas**. Op. Cit., p. 29-43.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A Nova Razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

_____. Nem toda a esquerda está morta, camarada: uma nota crítica ao artigo de Vladimir Safatle in _____. **Crônicas dos dias desleais**: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia no Brasil: Rio de Janeiro: Mauad X, 2020, p. 43-45.

LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura. Ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e marxismos**, n.2, p. 132, Niterói: Niep-Marx, 2014.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe. Ensaio sobre a dialética marxista**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MACIEL, D. **De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda, 2012.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista: impasses no Brasil**: Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas in OLIVEIRA, F. e BRAGA, R. e RIZEK, Cibele (orgs). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

ROSA, G. **Grande Sertão: veredas**. 20ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira in _____. **O populismo na política brasileira**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

WILDE, O. **O retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Círculo do livro, s.d., p. 91.